

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A institucionalização do regime militar brasileiro na visão da diplomacia argentina

Helder Gordim da Silveira*

Resumo: A presente comunicação analisa a forma pela qual a diplomacia argentina interpretou o golpe militar de 1964 no Brasil, procurando enfatizar como esse discurso, reproduzindo interpretações recorrentes, possivelmente atuou como uma ideologia da solução militar frente à crise política e institucional que crescia na região pelo menos desde a década de 1950.

Palavras-Chave: Regime Militar; Diplomacia; Brasil-Argentina.

Abstract: This paper analyses the way by which Argentine diplomacy interpreted 1964 military revolution in Brazil, intending to underline how that discourse, as it reproduced recurrent interpretations, possible acted as an ideology of military solution face of the political and institutional crises that was growing in the region since as early as the decade of 1950.

A presente comunicação insere-se em uma proposta mais ampla de pesquisa que busca examinar as formas de repercussão do golpe militar brasileiro na grande imprensa e na diplomacia argentina, no período que se pode entender como de gestação e implantação do novo regime no Brasil, vivendo a Argentina os impasses do contexto de tutela militar de pós-1955.

De forma geral, Brasil e Argentina representam-se mutuamente como os países mais poderosos no cenário sul-americano e, eventualmente, como pólos de uma disputa pela supremacia estratégica em tal espaço. Nessa perspectiva, constroem-se, nos círculos diplomáticos, na grande imprensa e em outras esferas de produção discursiva, representações de identificações e contrastes em ambos os países relativas a eventos ou cursos de longo prazo de suas respectivas ordens socioeconômicas e políticas internas que ganham, assim, notável potencial ideológico no que tange à inserção internacional de ambos, aí incluídas as relações bilaterais situadas no contexto hemisférico frente à construção da hegemonia norte-americana, desde, pelo menos, o princípio do século XX.

Na conjuntura da década de 1960, Brasil e Argentina atravessam os impasses e conflitos dramáticos condicionados pela crise dos respectivos modelos de modernização

* Professor do PPGH da PUCRS.

socioeconômica das eras varguista e peronista como projetos nacionais, diante do cenário hemisférico e global da Guerra Fria. Cenário no qual a Revolução Cubana atuava como um extraordinário catalisador de tensões.

Pretende-se aqui sustentar que a solução do abril de 1964 no Brasil repercutiu na diplomacia de Buenos Aires de modo a concorrer para a (re)construção ali de uma ideologia de tal solução, justificando-a e explicando-lhe as origens e implicações, no sentido de colocá-la em posição paradigmática para a Argentina e o subcontinente, considerando-se as identificações dos respectivos cenários internos frente a uma certa visão do contexto internacional.

Neste cenário, ganha potência ideológica, entre a elite na esfera político-diplomática, sobretudo no interior do Estado, a interpretação do movimento de abril de 1964 produzida pelo então embaixador argentino no Brasil, Carlos Alberto Fernández. Propõe-se que tal interpretação constitua uma manifestação de racionalizações recorrentes acerca do mesmo tema, nos campos jornalístico e político acima aludidas, privilegiada pelas posições de poder nas quais é construída e para as quais é destinada.

O embaixador embasa toda a sua racionalização acerca do movimento de abril, compondo a imagem de um país vivendo dias de paz e tranquilidade políticas, em contraste contundente com a avaliação do regime caído e, pode-se claramente inferir, com a situação interna de seu próprio país, vítima, então, de uma *revolução* inacabada, desde 1955. Diz nessa direção Fernandez:

“El año 1964 llegó a su término, com el país viviendo días de relativa tranquilidad y seguridad política. (...) En sus ocho meses iniciales, la revolución llegó a transformar en mucho la situación del país. Viendo el panorama actual, y el de enero pasado, debemos admitir que existe una fundamental diferencia. (...) El Brasil respira en cierta tranquilidad en su marcha hacia el futuro, en contraste con lo que se vislumbraba antes de la revolución, quando esse mismo futuro no era solamente un interrogante, sino por el contrario, una real amenaza.”¹

Aqui estão postos os elementos essenciais da racionalização: um estado de caos cuja superação impõe e legitima a saída *revolucionária*, cujo sentido essencial repousa na tarefa de depuração para a futura restauração de uma ordem natural, nos trilhos da tradição ocidental na qual se vê o país inserido desde os fundamentos da nacionalidade.

Vejamos o embaixador compondo o quadro do caos:

¹ Carlos A. Fernandez a Miguel Angel Z. Ortiz. 20 de janeiro de 1965. Ministério de las Relaciones Exteriores y Culto, Fondo Arquivístico E, Cx 70, pp. 1-2. As demais citações são deste documento.

“Diremos que el año [1964] comenzó muy mal para el país, con el reagravamiento del desorden existente, ya que podía fácilmente apreciarse que el gobierno Goulart perdía el control de la situación política, a la vez que las continuas crisis sociales asumían aspectos verdaderamente dramáticos. El despeñamiento inflacionario hacia el que marchaba Brasil, (...) la inexistencia de una controlada y técnica política económico-financiera, las inusitadas reivindicaciones sindicales que apremiaban al Poder Central eran (...) aspectos dominantes de esos días.”(p.2)

Nesse ambiente anárquico, que o discurso já põe em um passado tão recente quanto quase acabado por detrás da ruptura revolucionária de abril, situa-se a política assim vista como pseudo-reformista dos últimos tempos do regime caído:

“Partió allí, quizás como producto del atolondramiento a que fué llevado el Gobierno por todos estos problemas, una ‘carrera’ hacia una política reformista, que utilizó como bandera para la defensa de sus objetivos ideológicos, al tiempo que lanzaba sus críticas a las estructuras existentes que calificaban de arcaicas y que, en su sentir, acarreaban todos los males (...) que afligían a la nación”(p 2-3)

O reformismo goularista fica assim posto como “bandeira” – falsa – para objetivos ditos “ideológicos”- verdadeiros e amplamente favorecidos pelo caos. A designação *ideológico*, de resto, constitui sempre uma referência direta ao comunismo, nos quadros do discurso, também quanto a isso típico. Assim, fica reproduzida no discurso do embaixador uma das faces da figura política de Goulart então composta: um certo maquiavelismo posto em ações e discursos conscientes de sua condição de meio para atingir fins de natureza diversa em relação à sua aparência assim dissimuladora.

Entretanto, o que é também recorrente, cola-se a essa face da imagem de Goulart, uma outra, aparentemente em contradição com a primeira: a do líder político simplesmente incapaz de agir segundo o sentido dessa liderança, sendo assim vitimado, por essa própria incapacidade geradora de ingenuidade, pela ação de terceiros, mal postos em condição de aliados, estes sim agentes conscientes dos verdadeiros fins do suposto reformismo - os *comunistas* de variadas estirpes. Nesse sentido diz o embaixador: “la incapacidad política del gobierno (...) y la desconfianza que sus líderes y sus métodos inspiraban (...), hacían la situación más grave a cada día”. E ainda:

“las reformas que no se concretaban y ni siquiera pasaban la fase del estudio preliminar, servían al solo objeto de aparentar la dinámica de un gobierno que no sabía concretar, en la realidad, sus objetivos de buena administración de la cosa pública.”(p. 3-4)

Entre esses extremos contraditórios do maquiavelismo e da incompetência mobilizava-se ainda para a composição múltipla da imagem de Goulart e seu (des)governo a

tradição da idéia de demagogia. Nessa direção refere Fernandez: “puede decirse que la demagogia se instaló directamente em la Presidencia de la República, y que a su nombre se gestaron impactos profundos para subvertir el orden público” (p.4)

Seja por maquiavelismo, por incompetência, ingenuidade ou demagogia a que se poderia agregar o qualificativo *populista*, o sentido *real* do processo político tal como este se apresentava no princípio de 1964 era um só:

“los pasos del gobierno Goulart fueron (...) dirigidos hacia una evidente izquierdización que, si no revestia el carácter directamente comunista, favorecia ampliamente la acción de los líderes de tal ideología, interesados en aumentar el caos y favorecer el desorden como elementos propicios a la implantación posterior de su régimen”.(p.3)

Esse sentido último das tendências do cenário político retratado, criava, nas palavras do embaixador, “un verdadero ambiente revolucionário”. Põe-se aqui o aparente duplo sentido da idéia de Revolução, mobilizada na construção dos fundamentos simbólicos legitimadores/mobilizadores da solução de abril e suas congêneres no Cone Sul, conforme se tenta inferir aqui nos indícios apontados pelo discurso do diplomata argentino. Tal duplo sentido é a base da racionalização recorrente segundo a qual a Revolução de abril, “en que se reencontró el país”, emerge de uma Contra-Revolução. Vale dizer, a Revolução na qual o país é *reencontrado* surge de um movimento - nacional e consciente - contrário à *outra* Revolução, cuja possível vitória representaria sua perda. Diz a respeito o embaixador:

“la estructura que podríamos llamar contra-revolucionaria, opuesta totalmente a los planes del Gobierno, hacia mucho tiempo que preparava su acción. Aunque siempre listas para reaccionar ante el menor intento de un golpe oficial, por parte de los ideólogos que estaban encaramados en el poder, estas fuerzas nunca se sintieron lo suficientemente aptas para reaccionar abiertamente, ya sea por falta de confianza em su poderío, o quizás (...) por el temor de dar un paso en falso que pudiera privarles del poder de reacción en masa”.(p.5)

Entretanto, este movimento nacional reativo em sua essência iria encontrar fundamentos para transitar da reação à ação, numa transformação qualitativa essencial. Nas palavras do embaixador, criaram-se circunstâncias para “operarse la transformación de la contra-revolución, hacia la real revolución que surgió el 31 de marzo”. Vale dizer, o 31 de março, no interior da racionalização assim posta, supera a condição de mera reação na qual se origina para constituir-se em um movimento de ruptura radical, constituinte de uma nova ordem, embora restauradora e depuradora em seu significado político essencial, em uma operacionalização de noções fundantes da tradição liberal. Daí a legitimidade para que se

rompesse, para restaurá-la em novos termos, “la firme convicción de respeto hacia el primado de legalidad, que trasciende de todos los sectores de la vida nacional brasileña”.

Tal passagem da reação à ação revolucionária deu-se “solamente al (...) herirse profundamente las herarquías militares, ya sea por acción deliberada o ineptud oficial”, quando “las mentes dirigentes del movimiento se decidieron a pasar de una etapa a la outra, la definitiva, que desembocó en la directa salida revolucionaria”.(p.5)

Em que pese haver sido deflagrada a partir de interesses mais diretamente ligados à esfera hierárquica das Forças Armadas – o embaixador confere importância crucial, nesse sentido, para os episódios do Clube Naval e do Automóvel Clube- , a Revolução sustentava-se por seu caráter inequivocamente nacional e por seus propósitos essenciais, em última análise francamente civilistas. Assim:

“la revolución antigoularista fué realizada sin disparar prácticamente um solo tiro, con las organizaciones sindicales y estudiantiles disgregadas por falta de reales liderazgos (...), mientras que el esquema militar revolucionário recibía inúmeras adhesiones en todo el território nacional. De esta forma fué relativamente fácil concretar la toma del Poder y el reestablecimiento del orden en todo el país, com maniobras de tipo militar que deben ser consideradas de mero valor psicológico”.(p.6)

Assim, “ante la vocación civilista y democrática de los militares, la acción organizada de grupos políticos intentaron desvanecer la verdadera finalidad del movimiento”. Entretanto, “prevaleció la tesis de los que defendían la existência real del movimiento, como un principio revolucionário”.

Veja-se nessa direção a análise do embaixador argentino sobre o marco jurídico fundador da revolução nacional brasileira:

“con el Acto Institucional, la Junta Militar se reveló ante el consenso popular. A través del mismo se armaron los quadros en los cuales se afirmó la revolución, y por su intermedio se mantuvo y revigorizó al Congreso Nacional. Ello demostró, una vez más, el sentido civilista de los militares brasileños”.

Ficava assim demarcado com bases firmes no terreno da reordenação jurídica o limite que apartava o movimento de 31 de março da condição de mera ditadura de tipo militar. Refere ainda Fernandez a seu Ministro de Exteriores:

“Contando con todas las posibilidades de elegir el camino fácil y seguro de armar una dictadura, las autoridades prefirieron buscar el apoyo de juristas y políticos de formación y relevantes condiciones democráticas para encontrar la fórmula ‘intermedia’ que les possibilitase la promulgación de un elemento legal y revolucionário que permitiese al Poder Ejecutivo contar con algunos dispositivos de fuerza para facilitar sus primeros pasos políticos”.(p.7)

É assim que não constitui nenhum tipo de contradição no interior do quadro discursivo a assertiva, de notável robustez ideológica na qual se articulam de modo coerente e ancorado na tradição doutrinária de corte liberal, menções de punição, afastamento, revolução e democracia, segundo a qual “es con la elección indirecta del nuevo Presidente de la República, y el alejamiento de innumerables políticos y militares que integraron las primeras listas de punidos por la revolución, que se inicia el proceso revolucionario de redemocratización brasileña”.

A eleição de Castelo Branco, posta como “encabezada por el grupo de Gobernadores que se había integrado en el movimiento” e contando con “el apoyo decidido de los militares”, é vista pelo embaixador como garantia segura de preservação do elo civil-militar de raiz democrática posto na base do movimento de 31 de março. É assim que afirmaria o diplomata a Buenos Aires:

“desde un comienzo, fué evidente el deseo del Presidente Castelo Branco de caracterizar su Gobierno en un amplio sentido civilista. Dejando de lado su posición militar, de la que se alejó oficialmente, aún antes de iniciar su tarea gubernativa, procuro dejar bien aclarado que no recorrería el ya conocido camino del caudillismo, camino al cual encontraba abiertas muchas brechas políticas”.(p.8)

A figura pessoal e política bem como os fatos assim constituídos novamente reforçavam a diferença essencial do movimento em relação aos caminhos do *caudilhismo*, de significação potente, para muitos sentidos, no cenário latino-americano.

A integridade do painel discursivo deveria, entretanto, enfrentar a questão posta, nas palavras do embaixador, pela “lucha tenaz y sostenida de los grupos que pretendían instaurar rápidamente el ‘imperio de la revolución’”(p.9). Tal integridade será perfeitamente sustentada pela estratégia de posicionar as ações da chamada *linha dura* revolucionária no interior das noções complementares de excesso e exceção, de todo modo controlados pela ação política, punitiva ou negociadora, do governo revolucionário de Castelo Branco. Refere o embaixador a respeito desta ação do governo Castelo em relação à linha dura:

“la maniobra táctica fué ejecutada en secuencias limitadas y por etapas, y con ello se logró encuadrar en el proceso gubernativo a los principales jefes militares del movimiento revolucionario. Los que no quisieron o no supieron adaptarse a esa tónica impuesta por Castelo Branco, debieron conformarse con el alejamiento de sus cargos o aceptar traslados (...) que les desvincularon prontamente del panorama que tenían ante sí”.(p.9-10)

Assim, o governo revolucionário “comenzó la tarea de poner em su lugar los excesos cometidos por aquellos militares que, validos de los poderes extra-legales, habíanse apartado de la verdadera justicia”. Todavía, essas diferenças quanto a ritmos e métodos no interior dos quadros revolucionários jamais tocavam uma diferença essencial de propósitos finais ou que diziam da própria natureza da revolução. Assim, poderia o embaixador considerar de forma sempre coerente que “la ‘línea dura’ revolucionaria no perdió su cohesión, ni mucho menos desapareció – como muchos creyeron”. E complementava: “ante [várias] acciones que evidenciaban el grado de decisión y unidad de los círculos afectos a tal línea política, el Gobierno no exhibió ni demostró su pesar, por el contrario, en ciertas medidas apoyó decididamente las ‘sugestiones’ que desafiaban abiertamente todos los principios legales vigentes” (p.10)

Longe de representar debilidade do governo revolucionário, tal fato compunha uma advertência política:

“esto es ampliamente demostrativo de que no existe un divorcio político-militar entre el gobierno revolucionario y la llamada ‘línea dura’, tal como pretenden ver algunos espíritus interesados en pasar rapidamente a la legalidad político-electoral para lucrar con la débil madurez que hasta allí pueda alcanzar la revolución y sus métodos depurativos y esclarecedores” (p.10-11)

Compõem-se assim a coesão ideológica do quadro discursivo com o apelo à natureza depuradora da revolução nacional sobreposta à legalidade formal, sempre passível essa de instrumentalização demagógica. Nessa mesma estratégia essencial o discurso enquadra igualmente os excessos policiais do novo regime que vinham a público:

“esos aspectos ‘dudosos’ de la actividad oficialista, tienden en general hacia una acción intimidatoria del tipo físico-cultural, que hasta hoy, han sido anulados em su gran parte por la acción del Presidente de la República, apoyado por altos Jefes Militares que secundan abiertamente su tarea. Esas excepciones no reflejan ni comprometen en líneas generales, el ambiente em que se desenvuelven las actividades políticas, ambiente diríamos, diametralmente opuesto al que existia a fines de 1963 y a comienzos de 1964” (p.12).

Assim se enfeixa a representação dada ao Ministério de Exteriores argentino, da revolução de 31 de março, consolidada como projeto nacional brasileiro. Nas palavras do embaixador:

“si hacemos una exploración da la verdadera opinión pública encuanto a la situación, encontraremos que la gran mayoría del pueblo siente y aprueba que el gobierno Castelo Branco viene actuando com elevada decencia y honestidad para encaminar al país hacia la gran solución nacional, no solamente em el sentido político, sino también em el social y cultural, y em lo económico” (p.11).

Ociosos recordar o paralelo das situações nacionais – notadamente aquela entre goularismo e peronismo - e as condições do contexto regional e hemisférico, como o não-dito do discurso, para perceber a potencialidade ideológica do panorama sóciopolítico brasileiro assim composto pelo discurso diplomático argentino.

Referências Bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *Conflito e Integração na América do Sul. Brasil, Argentina e Estados Unidos da Tríplice Aliança ao Mercosul 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARDOSO, F. H. e FALLETO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

DE RIZ, Liliana. *La Política en Suspense 1966/1976*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DONGHI, Tulio H. *La Democracia de Massas*. Buenos Aires: Paidós, 2000.

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina Um Ensaio de História Comparada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

GOLDWERT, Marvin. *Democracy, Militarism and Nationalism in Argentina, 1930-1966*. Austin e Londres: University of Texas Press, 1972.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

NORA, Pierre, “O Retorno do Fato” In: LE GOFF, J. e NORA, P. *História: Novos Problemas*, Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

OLIVEIRA, Odette Maria de. “Relações Internacionais e o Dilema de Seus Paradigmas: Configurações Tradicionalistas e Pluralistas” In: *Relações Internacionais, Interdependência e Sociedade Global*. Ijuí: Ed UNIJUÍ, 2003.

POTASH, Robert. *El Ejército y la política en la Argentina 1962-1973*, 2 vol, Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 1994.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve Historia Contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de la Argentina, 2001.

SCENNA, Miguel Angel. *Argentina-Brasil Cuatro Siglos de Rivalidad.*, Buenos Aires: Ed. La Bastilla, 1976.

THOMPSON, John. *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*, Petrópolis: Vozes, 1995.